

MOVIMENTO E CIDADANIA - UMA EXPERIÊNCIA DO ENSINO DO DIREITO PARA ALUNOS DO PROJOVEM

Maria Lígia Malta de Farias (Prof^ª orientadora – CCJ), Suênia Cristina Silva Souza, Ronaldo Cartaxo Filgueiras Júnior, Rosana de Lima Bezerra, Thiago Medeiros Dutra, Vitor Filgueiras de Oliveira.

Resumo

Através de aulas expositivas e atividades lúdicas, o projeto de extensão “Movimento e Cidadania”, a princípio, foi destinado a alunos de 7^a e 8^a séries de escolas públicas de João Pessoa; porém, no último ano houve uma mudança no público alvo, atingindo agora alunos do ProJovem, um programa federal que incentiva trabalhadores informais de 18 a 24 anos a concluir o Ensino Fundamental. Com a mudança de foco, o projeto passou a levar, de forma muito mais atuante, as noções de Direito, como Direitos fundamentais, Direito de Família, Direito do Trabalho e Direito do Consumidor; visto que surgiram questões realmente vividas pelos alunos e suscitadas com o objetivo prático de resolvê-las. Formando cidadãos, o projeto atinge então o objetivo maior da prática da extensão, havendo uma via de dois lados de ensino-aprendizagem, tanto dos alunos, como dos extensionistas.

Palavras-chave: **educação, cidadania e direitos humanos.**

Introdução

A extrema desigualdade existente na atual sociedade brasileira, somada aos inúmeros problemas daí decorrentes, como a miséria e a violência, despertou em nós, alunos de direito da Universidade Federal da Paraíba, a obrigação de contribuir de alguma forma com a sociedade, a fim de melhor informar o cidadão marginalizado sobre seus direitos e o modo de garanti-los e, assim, tentar construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, assim como em grande parte dos países, há graves disparidades sociais decorrentes da precária distribuição de renda e da falta de ações públicas efetivas que melhorem a qualidade de vida da população em geral, fomentando assim o aparecimento das mais variadas mazelas sociais que atingem a totalidade das pessoas que vivem em sociedade. Todavia, é de se evidenciar que a marginalização social se manifesta com maior intensidade na parcela da população mais pobre que, por não ter meios de subsistir com dignidade – e nesse contexto deve-se destacar não só a insuficiência de recursos, mais também a falta de informação proveniente de uma deficitária formação educacional –, passa a ter seus direitos a todo tempo violados, tornando-se submissos a uma estrutura societária ao mesmo tempo opressora e excludente.

Além do abordado, verifica-se ainda em grande parte das entidades educacionais, e em especial a de formação jurídica, um distanciamento entre os problemas da população e os alunos, que cada vez mais se encontram fechados em suas salas de estudos e esquecem a real prioridade da formação jurídica, que é contribuir para a manutenção da justiça social, ou seja, assegurar que os direitos e deveres existentes nos diferentes textos legais estejam ao alcance e conhecimento de todas as pessoas.

Tendo em vista a omissão dos poderes públicos em realizar projetos relacionados à conscientização jurídica da população mais carente, bem como a necessidade de alguns alunos de direito em transmitir o conhecimento aprendido na Universidade foi elaborado o projeto Movimento e Cidadania.

O público que foi escolhido como alvo desse trabalho educativo foi o pertencente aos quadros do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Optou-se por lecionar em tal programa governamental devido ao seu objetivo e estrutura – um trabalho voltado à capacitação profissional e à educação do público juvenil que não completou a oitava série e que ainda não possui nenhum vínculo formal de trabalho. Sendo assim, para complementar na educação desses indivíduos, melhor seria informá-los sobre seus direitos e a maneira de protegê-los. Além disso, os estudantes do ProJovem demonstravam um conhecimento preliminar sobre certos institutos jurídicos, o que nos facilitaria estabelecer, durante os encontros, um intenso debate entre todas as pessoas, a propiciar não só o aprendizado dos alunos do ProJovem, como também o aprimoramento de nosso saber jurídico, haja vista que daqueles encontros poderiam surgir sempre dúvidas que colocariam em prova o conhecimento aprendido na faculdade.

O projeto Movimento e Cidadania, portanto, se caracteriza como um trabalho educativo que visa prestar assistência jurídica às pessoas mais carentes e, por isso, como afirma Nelson Saule Júnior, tem a finalidade de “orientar e defender os direitos e garantias fundamentais dos setores desfavorecidos em juízo e fora dele, ou seja, promover uma política de assistência jurídica, eliminando cada vez mais o trabalho assistencialista, pois tem o papel essencial de prestar apoio e assessoria às comunidades e suas entidades e organizações”.

Do já exposto, é fácil destacar a importância do trabalho que foi realizado no projeto Movimento e Cidadania, pois o serviço de assistência jurídica é cada vez mais importante para a diminuição das disparidades existentes na sociedade, já que à medida que as pessoas conhecem suas garantias e obrigações, passam a melhor se defenderem das injustiças praticadas contra elas, para com isso construir uma vida mais digna e justa.

Foram escolhidos temas específicos a serem debatidos com os alunos do ProJovem, como: Constituição, Direito de Família, Direito do Consumidor, Direito Penal, Direito do Trabalho, entre outros, pois se verificou que essas eram as disciplinas jurídicas que mais chamavam a atenção dessas pessoas, devido ao fato desses ramos do Direito regularem as mais básicas relações sociais realizadas entre os indivíduos.

Tais disciplinas foram debatidas em palestras que ocorriam quase que semanalmente com os alunos do ProJovem, utilizando apresentações lúdicas, que contribuíam para chamar a atenção dos alunos para os temas debatidos e também, de certa forma, mediam o grau de aprendizado e conscientização das pessoas que estavam participando desses encontros. Além disso, nós sempre buscávamos exemplos reais que ocorriam na sociedade, no intuito de demonstrar a co-relação de tais modelos com o que era exposto, a fim de mostrar ao estudante do ProJovem a real importância daquele estudo, de servir como um guia orientador dos possíveis direitos pertencentes a todos eles, destacando a maneira de defendê-los.

Antes de cada debate, nós extensionistas costumávamos nos reunir para definir as diretrizes do ensino a ser abordado, como: o material a ser utilizado, o que seria explorado, como seria feita a palestra, com o propósito de realizar um trabalho organizado e sistematizado em que cada tema a ser abordado seguiria uma seqüência lógica, indispensável para uma melhor transmissão do assunto, na construção de um aprendizado de qualidade.

A expectativa entre nós que elaboramos esse Projeto extensionista, era de que as informações fossem passadas da forma mais divertida possível, a fim de se romper com a

distância existente muitas vezes entre aqueles que ensinam e aqueles que ouvem, com o intuito básico de estabelecer um diálogo sempre harmonioso, em que os possíveis debates ou dúvidas que pudessem ocorrer, servissem para que a informação fosse passada a todos da melhor maneira possível.

Metodologia

A implementação do Projeto deu-se através da pesquisa-ação. E em detrimento ao modelo clássico da pesquisa tradicional, optou-se pela obra “Metodologia de pesquisa-ação” de Michel Thiollent, que concedeu ao projeto e seus autores, legitimidade para desde então participar da dinâmica do público-alvo, não apenas como pesquisadores, mas também enquanto agentes conscientizadores. Este método permitiu captar e valorizar as particularidades de cada grupo de modo a personalizar a atuação futura do projeto em proveito de uma ação ainda mais eficiente rumo à humanização.

A pesquisa em sua fase exploratória levantou o grau de descrença, ignorância e desamparo que os indivíduos sentiam ante os órgãos e as políticas públicas, além do desconhecimento e interesse pelas questões de direito. Problematizou e concebeu hipóteses que posteriormente foram ratificadas com a coleta de dados. Na seqüência, a equipe do projeto elaborou um plano de ação para romper com a problemática sóciojurídica e promover a conscientização participativa da comunidade.

Desta investigação identificou-se a demanda de interesses posteriormente classificados em sete temas específicos: 1) Noções gerais do direito; 2) Direitos Fundamentais – Artigo 5º da Constituição Federal; 3) Estatuto da Criança e do Adolescente; 4) Direito da Família; 5) Direito do Trabalho; 6) Direito do Consumidor, e; 7) Direito Penal. Esta delimitação temática possibilitou a definição das diretrizes metodológicas para a segunda fase do Projeto: montagem de aulas dentro das respectivas áreas de interesse.

Buscou-se a contribuição de Carl Rogers que advogou a idéia de ser necessário desenvolver um clima favorável que possibilite a liberdade para aprender. No conteúdo das aulas apresenta-se uma seleção de tópicos de interesse geral dentro de cada tema específico. Na exposição oral, entretanto, valorizam-se as experiências de cada um dos participantes enquanto sujeitos de direitos, projetando, em sala de aula, situações que remetem a ilegalidades, tais como discriminação, violação da privacidade ou propriedade, violência física contra crianças e adolescente, exploração do trabalho infantil, inadimplemento da pensão alimentícia, desrespeito aos direitos do consumidor, entre tantos outros casos.

A abordagem rogeriana, não enfatiza técnica ou método para se facilitar a aprendizagem, apenas dá ênfase ao desenvolvimento de um clima que possibilite a liberdade para aprender. Assim, encontrou-se, na obra de Jean Piaget, orientações para um aprendizado espontâneo e natural, através da aplicação de jogos didáticos e de dinâmica de grupos. A teoria piagetiana incentiva a atividade em grupo, pois ela tem um aspecto integrador, haja vista que cada membro apresenta uma faceta da realidade. O resultado desta interação possibilita a cada participante a apreensão de informações que deverão ser processadas (estágio de elaboração interior) até que possam ser, enfim, sedimentadas na memória sob a forma de conhecimento construído. Em outras palavras, o ensino baseia-se no ensaio e no erro, na assimilação e acomodação.

Cabe ao facilitador – assim concebido pela reciprocidade intelectual – transmitir informações, idéias que possam ser inicialmente recebidas. Deve propor problemas sem evidenciar soluções, deve provocar desequilíbrios e fazer desafios, os quais colocarão os alunos diante de situações perturbadoras de necessidade, contradição e desorganização.

Um ambiente de tal tipo será favorável à motivação interior dos indivíduos, na busca de se insurgir no erro ou acerto como forma de estruturar seus conhecimentos.

Deste modo, o jogo didático, as brincadeiras, os exercícios, bem como as dinâmicas de grupo, adquirem uma importância fundamental na fixação do aprendizado. Permitem que sejam “(...) vivenciadas situações simuladas, proporcionando sensações de vida real, nas quais os participantes poderão agir com autenticidade, buscando aperfeiçoamento de sua conduta em situação de auto-avaliação”. (Andrade, 1999, p. 17).

Desenvolvendo-se jogos, viabiliza-se a socialização dos indivíduos e, a interação social decorrente desta dinâmica, mais uma vez, tem possibilitado o compartilhamento de idéias, informações, responsabilidades e decisões; de maneira a romper com o egocentrismo individual dos participantes. Edifica-se, outrossim, um ambiente cooperativo que flui do jogo simbólico, ao próprio jogo de regras sociais, projetando a simulação lúdica na realidade concreta.

Desenvolvimento

Inicialmente, devemos salientar que o público alvo do estudo a ser feito sofreu mudanças, pois a pesquisa inicial pretendeu trabalhar com alunos de 7ª e 8ª séries em suas idades escolares corretas, ou seja, entre treze e quatorze anos de idade em média. Portanto, os alunos escolhidos para o trabalho foram os do ProJovem.

Esse programa tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma associação entre elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial; e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

Além disso, o Programa contribui especificamente para a re-inserção do jovem na escola, a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação, a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de trabalho e comunicação.

O programa assume ao mesmo tempo um caráter emergencial, pois atende a um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio e caráter experimental, no curso de formação, ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico.

Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. Aos participantes, o ProJovem oferece oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público.

Após a pesquisa-ação realizada entre os alunos verificou-se a necessidade da abordagem das temáticas supracitadas, que foram divididas nos seguintes módulos:

Módulo I – Noções básicas de direito

Não haveria uma forma mais correta de se iniciar um projeto que visa, principalmente, conscientizar a sociedade dos seus direitos do que, inicialmente dirimir algumas dúvidas sobre o que seria direito, democracia, cidadania, justiça, coercibilidade, Estado, deveres e sanção.

Segundo o art. 1º da CF, moramos em um Estado Democrático de Direito e, além de princípio fundamental da Carta Magna, este conceito é de extrema importância,

principalmente, quando mostramos o objetivo maior do Estado que é atingir o bem-comum. O instituto do governo democrático traz, de início, muitos embates e críticas mas, ao discorrer sobre o contexto histórico da nossa Constituição Cidadã torna-se notória a evolução, se comparada com a Carta de 69.

Mostra-se Cidadania como sendo o exercício de direitos e deveres dentro de um Estado onde, cidadão é todo indivíduo que desfruta dos direitos civis e políticos de um Estado, e cumpre deveres para com ele. Vale a pena salientar que, ao mostrar a precisão de ter documentos para ser reconhecidamente um cidadão, disponibilizamos em uma cartilha o conhecimento suficiente para que o corpo discente em questão adquira o seu RG, CPF, título de eleitor, etc.

Apresentando a Justiça como a virtude de dar a cada um o que é seu, a lei como uma norma que obriga, a coercibilidade como a capacidade de impor o respeito à norma legal e a sanção para quem viola a norma, temos nos três últimos alicerces básicos do Direito e, no primeiro, o objetivo deste.

Palavras Cruzadas - Após dividir a turma em equipes adversárias cada uma deveria eleger um líder que terá por função responder perguntas da cruzadinha em atenção às informações advindas de seu grupo. A técnica visa provocar uma maior interação entre os participantes de cada equipe, desenvolvendo o espírito cooperativo e a união, sob a égide de uma liderança emergencial, onde todos são responsáveis (co-mando) pelo êxito do grupo. Incitar os participantes a perquirirem a respeito do que foi exposto teoricamente conduzirá à aprendizagem, na mesma medida em que se efetiva a comunicação.

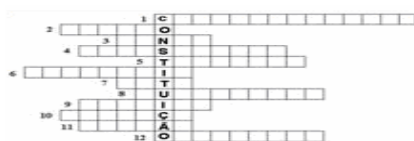


Fig. 1 – Dinâmica Palavras Cruzadas

Módulo II - Artigo 5º da Constituição Federal: Direitos Fundamentais

Nada mais interessante do que após discorrer sobre a Constituição Cidadã, descrever através do art. 5º o que seria direitos fundamentais e quais são as garantias que todos possuem diante da força do Estado, haja vista os direitos individuais se caracterizarem, principalmente, por serem uma ação negativa deste.

O direito à Vida é o direito dos indivíduos de nascer, crescer e viver com dignidade, desfrutando de sua saúde e integridade física e mental onde, ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante e não haverá penas de morte (salvo em caso de guerra), de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.

O direito à Liberdade reflete quando vemos que, constitucionalmente, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei, que temos liberdade religiosa, intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

O direito à igualdade é o princípio fundamental de toda democracia, onde devemos tratar desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade. O direito à segurança diz que todas as pessoas têm direito a viver em segurança no seu trabalho, na sua moradia e no momento de seu lazer, é a garantia constitucional necessária ao equilíbrio e à ordem pública.

A inviolabilidade da intimidade, da vida pública, da honra, da imagem das pessoas e da correspondência foi exposta como garantias que refletem o nosso direito à Privacidade.

Jogo da Forca - Esta técnica implica em questionar os participantes do grupo, aleatoriamente, a respeito da veracidade de algumas afirmações atinentes à teoria anteriormente exposta. O simbolismo deste jogo projeta a realidade objetiva, onde aquele que não conhece de seus direitos, tem-se por diversas vezes “enforcado” em uma sociedade tipicamente opressora.



Fig. 2 – Dinâmica do Jogo da Forca

Módulo III - Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.)

Ter um corpo discente tão jovem foi uma oportunidade para explicar o que seria o Estatuto da Criança e do Adolescente onde, após abordar o contexto histórico nos aprofundamos nos direitos que eles possuem e que, em muitos momentos, repetem o art. 5º da CF, como o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. Encerramos explicando a diferença, um tanto ontológica, entre crime e ato infracional, nos prolongando até as medidas sócioeducativas e as de proteção.

Jogo da Memória - A aplicação desta atividade implica na montagem de um painel contendo doze envelopes, cada um com um bilhete referente a perguntas ou respostas, dispostas aleatoriamente entre eles. O objetivo do jogo será encontrar o maior número de pares “pergunta-resposta”. Este jogo, além de promover o aprendizado, via processo de comunicação, ajuda a memorizar as informações recepcionadas durante a exposição teórica, através do mecanismo: “tentativa e erro”.

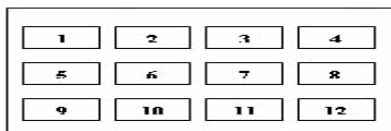


Fig. 3 – Dinâmica do Jogo da Memória

Módulo IV - Direito da Família

No Direito de Família buscou-se uma aproximação entre a teoria e a realidade vivenciada pelos estudantes do ProJovem (programa do Governo Federal já explicado anteriormente). Então, tendo estes estudantes como público alvo, ou seja, alunos que já não estão mais na adolescência e que são de classes sociais menos favorecidas financeiramente, surgiram questionamentos interessantes a respeito do tema e bem relacionados às suas realidades.

Dentro do Direito de Família, as temáticas mais exploradas e pelas quais os alunos mais se interessaram foram às relativas ao casamento, à união estável, à separação (tanto consensual quanto litigiosa), ao divórcio, à pensão alimentícia, bem como à situação dos bens na separação e os seus diferentes regimes. Pode-se perceber assim, que os assuntos mais discutidos entre os alunos e os membros do projeto estão bem relacionados ao dia-a-dia e à situação sócioeconômica dos mesmos.

Dinâmica da Travessia - Este jogo simula a travessia de um rio, de uma margem para outra, cujo percurso deve ser trilhado pedra por pedra. Pisar em cada uma implica em responder corretamente a uma pergunta, com base na exposição teórica anterior. Para tanto, divide-se a turma em duas equipes. Caso o grupo erre terá de voltar à margem inicial. O simbolismo desta atividade remete à sensação de realidade, na medida em que se concebe a correnteza do rio como uma força irresistível a subjugar sujeitos alienados em situações de abuso, desrespeito e violações de direitos. Neste sentido, a dinâmica impulsiona a conscientização e a humanização dos participantes, enquanto seres capazes de refletir, trocar informações e agir na defesa dos seus ideais de justiça.

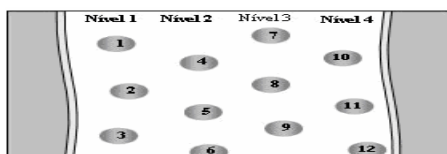


Fig. 4 – Dinâmica da Travessia

Módulo V - Direito do Trabalhador

O Direito do Trabalho juntamente com o Direito do Consumidor foram temáticas de bastante interesse por parte dos alunos, confirmando aquela necessidade já mencionada na metodologia quando da pesquisa para a elaboração do projeto “Movimento e Cidadania”.

O assunto foi abordado tendo por base a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e inicialmente para situá-los no assunto fez-se necessário uma introdução por meio de conceitos e definições, com a finalidade dar-lhes uma base para a compreensão do tema, pois apesar de a maioria deles lidar com essas relações de trabalho diariamente, não possuíam o mínimo de conhecimentos capazes de conferir-lhes subsídios para que não permitissem a retaliação de seus direitos. Foram trabalhados conceitos como o de empregado e de empregador; da Carteira de Trabalho e Previdência Social, documento importantíssimo e básico para o exercício de qualquer atividade; além de direitos como o 13º salário, férias, salário, repouso, que estão todos previstos na Constituição Federal de 1988 e na CLT.

Estabelecemos a diferença entre salário e remuneração, já que nesta há um adicional, por trabalhos noturnos, de risco ou com jornada considerada superior à normal. Falou-se do prazo que dispõe o empregador para autorizar as férias do empregado e também do adicional de um terço (1/3) sobre o salário quando do gozo das mesmas.

Abordou-se, ainda, sobre o FGTS, o aviso prévio, os seguros contra acidentes de trabalho e contra o desemprego, a aposentadoria e destacamos também a condição especial de duas categorias de trabalhadores, quais sejam do menor trabalhador e da mulher.

Jogo da Velha – Deve-se dividir a turma em duas equipes, uma representando “x” outra “0”, sob a liderança de dois dos participantes. Para cada equipe marcar no painel será preciso indicar no quadro (linha, coluna), o local que deseja e, apontar corretamente uma afirmação como verdadeira ou falsa. A cada resposta certa será marcado o símbolo da equipe. Respostas erradas marcarão o símbolo da equipe adversária. Esta dinâmica desenvolve o pensamento estratégico, estimula a comunicação e a discussão em torno do modo como se conduzirá o grupo (co-ordenação), sendo que, somente do aprendizado das informações de cunho jurídico, dependerá a vitória, do plano lúdico ao real.

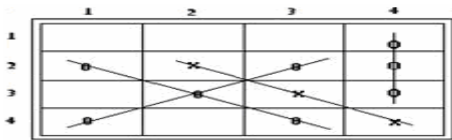


Fig. 5 – Dinâmica Jogo da Velha

Módulo VI - Direito do Consumidor

Pontos importantes foram trabalhados com os alunos do ProJovem como, por exemplo, o que vem a ser um contrato e porque o mesmo vincula as partes contratantes; como os direitos básicos do consumidor, previstos no artigo 6º do CDC (Código de Defesa do Consumidor), sendo os principais: a informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, proteção contra publicidade enganosa e abusiva, efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, e acesso aos órgãos judiciários e administrativos.

O objetivo aqui foi o de conscientizá-los quanto aos seus direitos, para que pudessem reivindicá-los sempre que os mesmos fossem violados.

Conceitos básicos também foram abordados, como o de fornecedor e consumidor; produtos e serviços, sejam eles duráveis ou não-duráveis.

Conscientização quanto à necessidade de se exigir nota fiscal, termo de garantia e manual de instruções também foram feitas, além de tratarmos do principal órgão de defesa do consumidor, que é o PROCON.

Dinâmica do Podium - Esta atividade consiste em dividir a turma em duas equipes, estabelecendo, cada uma, um líder. O objetivo do jogo é chegar ao topo do podium. Desta dinâmica, desponta a idéia simbólica de que para vencer é preciso saber, e nesta busca, todo o processo de comunicação, informação e cooperação ganha uma importância fundamental.

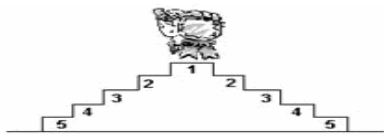


Fig. 6 – Dinâmica Podium

Módulo VII - Direito Penal e Juizados Especiais

Este assunto mostrou-se de extrema importância para os alunos-alvo do projeto, pois puderam esclarecer suas dúvidas e adquirir novos conhecimentos baseados na lei, passando a distinguir os atos que são ou não criminosos e as conseqüências de cada ato praticado.

Então, mais uma vez se fez necessário um embasamento inicial do tema, explicando-se e diferenciando-se pena e crime, ato lícito e ilícito, como se caracteriza a prisão (em flagrante delito ou por ordem judicial escrita e fundamentada, salvo em situações especiais) e como se configura o flagrante.

Foi esclarecido para os jovens em quais momentos eles deverão se dirigir à Delegacia de Polícia, ao Ministério Público ou à Defensoria Pública.

A fim de esclarecimento, os integrantes do projeto mostraram os direitos dos presos (o devido processo legal; a assistência familiar e de um advogado; que nenhuma lei poderá retroagir para prejudicar o acusado, entre outros) e as funções das polícias militar e civil, além das funções do delegado.

Foram trabalhados alguns crimes como o de ameaça; atentado violento ao pudor e estupro, diferenciando-os; injúria, calúnia e difamação, também estabelecendo as diferenças básicas entre eles; lesão corporal etc.

Mostrou-se que a ação penal pode ser promovida pelo Ministério Público ou pela própria vítima, podendo ser também pelos seus representantes, conforme o caso.

A importância dos Juizados Especiais também foi avaliada, ao passo que estes viabilizam a solução, com maior celeridade, das causas consideradas simples. Aqui há uma economia processual muito grande e busca-se sempre a conciliação entre as partes. Essas causas não podem ultrapassar quarenta (40) salários mínimos e se for inferior a vinte (20) salários será dispensada a presença do advogado.

Essas vantagens foram mostradas aos alunos e, além disso, que os Juizados Especiais dividem-se em Juizado Especial Cível e em Juizados Especiais Criminais, apresentando-lhes todo o procedimento para propor ações em cada um deles.

Além disso, levamos para eles a nova Lei 11.441/07 que permite a separação consensual e a propositura de inventário em Cartório, desde que os herdeiros sejam todos maiores e que a proposta da partilha seja consensual.

Passa-bastão - Para aplicar esta dinâmica, organiza-se a turma em filas, dividindo-a em duas equipes, alternando-as conforme a figura ao lado. A dinâmica inicia-se com a passagem do bastão de mão em mão – na seqüência indicada (indo e voltando). Uma vez mencionada a frase “pára bastão”, uma pergunta, inerente ao tema abordado neste módulo, será direcionada àquele que estiver manuseando o bastão. O objetivo principal com a abordagem de todos esses assuntos é que os alunos-alvo do projeto possam exercer verdadeiramente as suas cidadanias, não se limitando o exercício da mesma em votar. Agora são conhecedores de grande parte de seus direitos, podendo exercer suas cidadanias exigindo-os e não aceitando que sejam violados. Além disso, cada um deles poderá transmitir às pessoas de seu convívio as experiências adquiridas por meio do projeto “Movimento e Cidadania”.

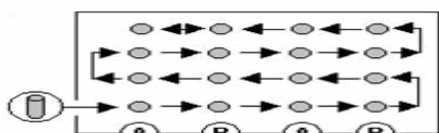


Fig. 7 – Dinâmica Passa-bastão

Resultados e Conclusão

Para poder avaliar o nível de alcance do nosso objetivo principal perante os alunos do Pró-Jovem, ou seja, formar cidadãos capazes de questionar sobre a realidade social de nosso país, tornando-os sujeitos conscientes e participativos, todos os módulos apresentados, além da metodologia anteriormente detalhada, eram acompanhados da observação de cinco pontos principais: reação/participação dos jovens; relatos pessoais sobre os temas expostos; principais dúvidas levantadas; existência de casos práticos para serem encaminhados, e interesse dos jovens na aplicação das dinâmicas.

Com relação à reação/participação do público alvo (estudantes do ProJovem), observou-se que do ponto de vista metodológico, as técnicas utilizadas de modo lúdico e simplificado possibilitaram um clima agradável na relação facilitador-aluno, uma vez que os jovens se sentiam à vontade para fazer perguntas e não se apresentavam, de maneira geral, intimidados ou desconfortáveis em discutir os temas expostos. A preocupação na manutenção de um clima descontraído durante as aulas fez com que os alunos,

espontaneamente, demonstrassem um real interesse ou desinteresse pelos temas expostos, fazendo com que os extensionistas buscassem despertar a atenção do público alvo.

No que diz respeito aos relatos pessoais sobre os temas expostos em sala de aula, estes se concentraram em assuntos como: *direito dos trabalhadores, discriminação racial e social, direito de família e trabalho infantil*. A concentração desses temas está relacionada com a real condição de vida, ou seja, com o perfil do aluno do Projovem, quais sejam a faixa etária dos alunos (todos maiores de idade) e uma condição social peculiar (alunos de baixa renda, em sua maioria trabalhadores/as e alguns vivendo em regime de união estável com seus companheiros/as).

Acredita-se, também, que devido a esses mesmos fatores acima comentados, as principais dúvidas concentraram-se nos temas: *Direito do Trabalho*, onde os alunos que já eram trabalhadores mostraram um grande desconhecimento sobre seus direitos trabalhistas, principalmente, sobre férias, direitos rescisórios e direito de reclamar em juízo; *Direito de Família*, com muitas perguntas sobre pensão alimentícia, guarda de filhos e regimes de separação de bens; e *Direito do Consumidor*, com preocupações, preponderantemente, em torno das situações de troca de produtos.

Os poucos casos práticos apresentados foram orientados e encaminhados para os necessários órgãos. Devido ao pouco conhecimento de alguns direitos, sobretudo trabalhistas, observou-se que alguns alunos já haviam deixado prescrever seus direitos de reclamar em juízo.

A aplicação das dinâmicas, por sua vez, não só facilitava a recapitulação final dos assuntos exposto em sala de aula, como também se prestava a deixar nos alunos uma boa expectativa para a próxima aula.

Ao fim deste trabalho com os alunos do ProJovem, compreende-se que, do ponto de vista da educação, a pretendida transmissão de conhecimentos básicos de Direito e Cidadania foi alcançada.

Entretanto, os alunos extensionistas que serviram como facilitadores deste ensino-aprendizagem depararam-se com um grande grau de ‘descrença e pessimismo’, por assim definir, do público alvo em ver seus direitos respeitados, mesmo depois de terem assimilado e compreendido os temas trabalhados em sala de aula.

Assim, fica a sugestão de que este trabalho educativo deve ter a contribuição, não só teórico-bibliográfica, mas também a prática conjunta, de outros profissionais e alunos extensionistas (facilitadores) das áreas da Psicologia, Pedagogia, Filosofia e outras ciências afins.

Referências

BARACHO, Herta Urquiza. et al. **Movimento e cidadania: na luta pelos nossos direitos**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2004. 126 p.

JÚNIOR, Nelson Saule. **Direto, Cidadania e Justiça – A Assistência Jurídica como Instrumento de Garantia dos Direitos Urbanos e Cidadania**. 1ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1995.

FERREIRA, Hamanda Rafaela Leite. **Projeto Movimento e Cidadania – Ações Sócioeducativas na Formação de Cidadãos Conscientes e Participativos**. Revista Eletrônica de Extensão da UFPB, João Pessoa. Ano I, Nº 02, julho/dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/revistaextensaocidada/artigos%20-%20cidadania%20-%20projetomovimento.htm>